

SETOR EXTERNO E ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia brasileira e a doença holandesa

Nilson de Paula*

Fábio Scatolin**

O termo “doença holandesa”²⁷ deriva da experiência da Holanda na década de 1960, quando extensas reservas de gás natural no Mar do Norte foram descobertas, capazes de gerar superávits na balança de pagamentos, e conseqüentemente maior prosperidade para a economia como um todo. Entretanto, segundo Gillis *et all* (1992, p. 434), “durante os anos de 1970, a economia holandesa sofreu aumento inflacionário, declínio das exportações de manufaturados, baixa taxa de crescimento da renda e aumento do desemprego”. Posteriormente, este mesmo fenômeno foi verificado em outros países como Venezuela, Nigéria e México, levando analistas a acreditarem que o caso da Holanda envolvia um encadeamento macroeconômico lógico e inevitável a partir de uma entrada substancial e intensa de divisas. Mais do que isso, esse efeito poderia ser o resultado não apenas de um *boom* exportador, mas também da entrada de capitais especulativos ou investimentos expressivos capazes de provocar uma apreciação da moeda local. Nesse sentido, a instabilidade do conjunto da economia estaria associada, numa primeira instância, ao comportamento do câmbio, afetando diretamente a capacidade competitiva dos setores de atividade não articulados de forma dinâmica com o comércio internacional.

Quando surge a valorização cambial, segue-se um aumento nas importações e uma redução das exportações dos demais setores *tradables* causadas pela diminuição da competitividade internacional destes produtos. O câmbio valorizado pode prejudicar ainda a economia doméstica, em especial seu parque industrial. O setor exportador não beneficiado pelo *boom* passa a perder competitividade podendo ser eliminado pela concorrência do exterior em decorrência do aumento das importações. Esse fato pode causar, no médio e longo prazo, um processo de desindustrialização, uma vez que a indústria local começa a concorrer com produtos importados a preços mais baixos. Conseqüentemente, pode-se

* Doutor em Economia pela University College London; Professor do Departamento de Economia da UFPR. Endereço Eletrônico: nilson@ufpr.br

** Doutor em Economia pela University of London. Endereço eletrônico: scatolin@ufpr.br

²⁷ O termo “doença holandesa” passou a ser utilizado na literatura econômica para caracterizar uma situação na qual um país, cujo crescimento das exportações de produtos primários, ao invés de gerar um crescimento sustentado da economia no médio e longo prazo, acaba por causar desequilíbrios macroeconômicos como desemprego e redução das exportações de manufaturas, inflação e até mesmo baixo crescimento da renda.

esperar um desestímulo a inovação e ao investimento tecnológico industrial, com efeitos negativos de longo prazo na competitividade das demais indústrias locais.

Portanto, a chave para entender este fenômeno é: “(i) entender como o *boom* de exportações ou influxo de moeda estrangeira afeta uma taxa real de câmbio; e (ii) como a taxa real de câmbio alternadamente, afeta outras indústrias” (Gillis, M. *et all*, 1992, p. 434).

A experiência brasileira recente de apreciação acelerada do Real tem suscitado uma preocupação generalizada quanto às condições competitivas da indústria nacional. Entretanto, um inquietante debate surgiu quando se constatou uma estranha combinação nos últimos meses entre um bom desempenho das exportações e uma valorização contínua do Real frente ao Dólar. Se, por um lado, o desempenho da economia no *front* externo foi motivo de celebração, por outro, o fluxo de divisas se tornou uma fonte de preocupações em vista de seus possíveis impactos no restante da economia. Esse efeito indesejável passou a ser identificado em algumas análises recentes como uma manifestação típica da “doença holandesa”, contaminando o restante da economia por supostamente pressionar a taxa de câmbio para baixo e penalizar os setores produtivos não sintonizados com o dinamismo recente do comércio internacional de *commodities*, processadas ou não. Mais ainda, ao se beneficiar do aumento generalizado de preços no mercado externo, o aumento das exportações passou a adicionar pressão sobre o câmbio, podendo comprometer sua evolução futura.

Como ressaltam Pastore e Pinotti (2006), “diante das perspectivas de manutenção de preços de *commodities* e de elevadas taxas de expansão do comércio mundial em 2006, o Brasil continuará tendo de conviver com as mesmas forças que produziram a valorização cambial”. Entretanto, a persistência desse fenômeno suscita duas questões essenciais relacionadas ao comportamento do câmbio no curto prazo. Em primeiro lugar, até que ponto seus efeitos negativos reeditam os mesmos males produzidos pela doença holandesa, principalmente no tocante aos setores tradicionais da economia? Em segundo lugar teria esse fenômeno força para, isoladamente, alimentar uma contínua valorização do Real e estimular um processo de desindustrialização da economia brasileira?

Um primeiro aspecto a ser considerado no tratamento dessas questões diz respeito ao câmbio. A tendência de valorização do câmbio justifica a explícita insatisfação dos exportadores e da indústria em geral. Nesse sentido, não são poucas as manifestações relacionadas à perda de rendimento e de suspensão de planos de investimento em vista de uma contínua valorização da moeda nacional. Em segundo lugar a valorização cambial está

fortemente atrelada à política de atração de divisas, especialmente na forma de juros elevados, e a uma tendência de enfraquecimento do Dólar no mercado mundial.

Todavia, mesmo que setores de atividade individualmente possam sofrer diretamente os impactos da desvalorização do Dólar, a exemplo dos segmentos exportadores do agronegócio, o desempenho da economia brasileira no comércio exterior tem sido acompanhado por uma ampla diversificação da pauta exportadora. Sendo assim, não é possível relacionar, no período recente, o influxo de divisas a saltos exportáveis de um produto isoladamente, como ocorreu na Holanda dos anos 70. O crescimento das exportações brasileiras no último ano se deu de forma bastante diversificada entre as atividades, com destaque para atividades industriais. Mais ainda, considerando que os produtos industrializados com grande importância no setor de alta e média-alta tecnologia representaram 80% da pauta exportadora brasileira (Nakahodo e Jank, 2006), tem-se que os superávits sucessivos da balança comercial não resultaram de condições naturais específicas ou de circunstâncias vantajosas de uma *commodity*, como sugeriria o caso clássico da Holanda.

Fartas evidências a respeito das relações comerciais do Brasil com o resto do mundo, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - Funcex (2006), indicam que a maior parte dos setores produtivos apresentou altas taxas de crescimento de suas exportações, com destaque para os equipamentos eletrônicos com uma evolução de 82,2% relativos ao ano de 2004. Ao mesmo tempo, os setores que tiveram uma evolução negativa foram: agropecuária, artigos de vestuários e óleos vegetais. Simultaneamente, constatou-se que a maioria dos setores de atividade apresentou aumento de importação. Do ponto de vista dos efeitos da variação cambial, a maioria dos setores sofreu com uma rentabilidade menor em suas exportações.

Entretanto, as diferenças entre o comportamento da economia brasileira nos últimos anos e o caso clássico da Holanda não eliminam semelhanças nos efeitos de médio e longo prazo, associados ao fenômeno. É até mesmo possível que, ao persistirem condições favoráveis no comércio mundial para as exportações brasileiras resultantes de um ritmo mais acelerado de crescimento mundial, bem como das economias emergentes, e de uma política de juros elevados, efeitos negativos sobre a rentabilidade das empresas se manifestem. As dificuldades dos setores exportadores do agronegócio já começam a resultar em menor dinamismo nas atividades correlatas como indústria mecânica e de insumos, de transporte, etc. Ou seja, a própria competitividade de segmentos exportadores começa a sofrer os efeitos de um câmbio valorizado.

Por outro lado, o processo de diversificação da pauta exportadora, num contexto de desvantagem cambial, não invalida a discussão em torno dos riscos de uma desindustrialização da economia brasileira. Palma (2005, p.23) pontua três diferentes razões pelas quais ocorreu uma mudança entre os dois tipos de desindustrialização: descobrimento de recursos naturais, desenvolvimento de atividades de exportações de serviços, das quais destacam-se o turismo e as finanças, e mudanças na política econômica que “trouxeram os países acima da sua posição ricardiana natural de volta para a sua posição de vantagem comparativa tradicional”.

Por fim, é certo que alguns setores de atividade têm sofrido com a apreciação do Real, a exemplo de setores mais expostos à concorrência internacional, como têxteis e calçados. Entretanto, as dificuldades enfrentadas pela indústria brasileira como um todo, estão associadas à condução da política de juros, à falta de uma política agressiva de inovação e de competitividade, à carga tributária e às fragilidades estruturais da economia (Funcex, 2006). Portanto, qualquer risco de desindustrialização da economia brasileira, derivado de perda de rentabilidade, não está relacionado a qualquer sintoma da doença holandesa, mas sim a enfermidades que há muito trazem obstáculos a um processo de fato sustentável de crescimento. Entretanto, isso não significa que a trajetória recente do câmbio seja adequada para as necessidades de desenvolvimento da economia brasileira. A persistente valorização do Real frente ao Dólar certamente deslocará o câmbio para um patamar mais distante do requerido para sustentar a competitividade dos setores exportadores.

Referências Bibliográficas

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – Funcex (2006). *Boletim Setorial*, Ano X, no. 1, jan-jun.
- GILLIS, M.; PERKINS, D.; ROEMER, M.; SNODGRASS, D. (1992). *Economic of Development*. New York. Norton & Company.
- PALMA, G. J. (2005). *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”*, FIEP.
- PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. (2006). *Câmbio, reservas e “doença holandesa”*. Valor Econômico, 30 de janeiro, pg A11.
- NAKAHODO e JANK (2006). *A falácia da doença holandesa no Brasil*. Documento de Pesquisa, março. Acessado em 20/03/2006 em <http://www.iconebrasil.org.br>